



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

COMISSÃO ESPECIAL - PL 4874/01 – ESTATUTO DO DESPORTO		
EVENTO: Audiência Pública	Nº: 0837/04	DATA: 15/6/2004
INÍCIO: 16h32min	TÉRMINO: 18h36min	DURAÇÃO: 02h04min
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 02h04min	PÁGINAS: 39	QUARTOS: 25

DEPOENTE/CONVIDADO – QUALIFICAÇÃO

AGNELO QUEIROZ - Ministro de Estado do Esporte.

LARS GRAEL - Presidente do Fórum Nacional de Secretários e Gestores de Esporte e Lazer.

SUMÁRIO: Debate sobre políticas públicas para o esporte.

OBSERVAÇÕES

Há orador não identificado.

Houve exibição de imagens.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Deley) - Boa-tarde.

Declaro abertos os trabalhos da 3ª Reunião da Comissão Especial destinada a oferecer parecer às emendas de Plenário recebidas pelo Projeto de Lei nº 4.874, de 2001, do Sr. Silvio Torres, que institui o Estatuto do Desporto.

Encontram-se sobre as bancadas cópias da ata da 2ª Reunião.

Consulto o Plenário sobre se há necessidade de sua leitura.

(Não identificado) - Solicito a dispensa da leitura da ata, Sr. Presidente, pelo fato de cópias dela já se encontrarem sobre as bancadas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Deley) - Obrigado.

Dispensada a leitura da ata.

Em discussão.

Não havendo quem queira discuti-la, em votação.

Os Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

Comunico aos Srs. Deputados que se encontra sobre as bancadas a relação dos expedientes recebidos pela Secretaria desta Comissão.

A pauta de hoje prevê a realização de audiência pública sobre o tema *Políticas Públicas para o Esporte*.

Convido para compor a Mesa o Exmo. Sr. Agnelo Queiroz, Ministro de Estado do Esporte, e o Sr. Lars Grael, Presidente do Fórum Nacional de Secretários e Gestores Estaduais de Esporte e Lazer.

Informo que a Sra. Rejane Penna Rodrigues, Secretária de Esporte, Recreação e Lazer da Prefeitura de Porto Alegre foi convidada para participar desta reunião, mas, devido a compromissos agendados anteriormente, não poderá comparecer.

Para o melhor andamento dos trabalhos, esclareço que adotaremos os seguintes procedimentos: o Sr. Ministro poderá falar por 30 minutos, e o Sr. Lars Grael, por 20 minutos, não sendo admitidos apartes. Ao fim da exposição, concederei a palavra aos Deputados, respeitando a ordem de inscrição, para que, no prazo de 3 minutos, formulem considerações ou pedidos de esclarecimento, dispondo os palestrantes do mesmo tempo para as respostas. Serão permitidas a réplica e a tréplica, pelo prazo de 3 minutos improrrogáveis.



Antes de passar a palavra, primeiramente, ao nosso querido Ministro do Esporte, quero agradecer a S.Exa. mais uma vez a presença e o carinho que tem demonstrado por esta Casa, atendendo-nos sempre que é convidado. Agradeço também ao nosso querido amigo Lars Grael o pronto atendimento ao convite desta Comissão.

Por unanimidade, esta Comissão entendeu necessário, para obter sucesso em seus trabalhos, promover debates em várias regiões do País, ouvindo e acatando as sugestões que o nosso Relator considerar convenientes. Este é um momento fantástico para fazermos do esporte brasileiro realmente um fator de inclusão social.

Tratamos de vários temas. Cito, por exemplo, as políticas públicas para o esporte — e sobre elas falarão hoje figuras importantes do esporte —; a legislação esportiva; e os desportos educacional, de participação e de rendimento. Ouviremos representantes de entidades de classe, investidores do esporte e imprensa esportiva. Evidentemente, trataremos do futebol, a grande paixão do povo brasileiro.

Concedo a palavra ao Sr. Agnelo Queiroz, Ministro de Estado do Esporte.

O SR. MINISTRO AGNELO QUEIROZ - Boa-tarde a todos.

Sr. Presidente desta Comissão Especial destinada a elaborar o Estatuto do Desporto, Deputado Deley; Sr. Relator, Deputado Gilmar Machado; Lars Grael, Secretário da Juventude, Esporte e Lazer do Governo de São Paulo e Presidente do Fórum Nacional de Secretários e Gestores Estaduais de Esporte e Lazer; colegas Deputados Federais, é uma honra voltar a esta Casa.

Quero parabenizar a Comissão de Turismo e Desporto, agradecendo especialmente ao Deputado José Militão a cooperação, bem como esta Comissão Especial pela adoção da nova metodologia de debate das várias áreas do esporte brasileiro, segundo a qual serão ouvidos diversos segmentos, o que fortalece sobremaneira o objetivo de congregar no Estatuto do Desporto toda a legislação esportiva brasileira, corrigindo-a, aperfeiçoando-a e atualizando-a, de modo a atender aos interesses do esporte e promover o seu desenvolvimento, com base no programa de governo do Presidente da República, que tanto destaque tem dado à importância de fazer do esporte uma grande ferramenta para a melhoria da qualidade de vida da população.



O Presidente Lula, ao criar o Ministério do Esporte, focou a sua argumentação na missão a ser cumprida: formular e implantar políticas públicas inclusivas e tornar o esporte e o lazer direitos sociais dos cidadãos, colaborando, assim, para o desenvolvimento econômico e humano do Brasil. Nós estamos seguindo à risca essa orientação do Presidente Lula.

Sras. e Srs. Deputados, farei breve explanação sobre o tema desta reunião, ou seja, as políticas públicas para o esporte, e espero receber em seguida sugestões de V.Exas., que serão, seguramente, parceiros importantes desse trabalho de elaboração da legislação esportiva brasileira.

Recentemente, a Câmara deu importante colaboração ao setor, com a aprovação do Estatuto de Defesa do Torcedor, da Lei da Moralização do Futebol e do Programa Bolsa-Atleta, que falta ser apreciado apenas pelo Plenário do Senado. Trata-se de outra fonte de financiamento importante para os atletas carentes. Enfim, o Congresso Nacional tem sido um grande parceiro do Ministério do Esporte. Quero reconhecer, de público, todo esse esforço. O projeto que institui a Bolsa-Atleta, encaminhado pelo Ministério da Educação, teve o regime de urgência aprovado por unanimidade na Comissão. Essa demonstração de vontade suprapartidária para viabilizar rapidamente um projeto bom para o País traduz uma atitude de desprendimento muito salutar por parte dos Parlamentares.

Quero ainda ressaltar que sobre o esporte tem de ser implantada política pública de Estado. É nessa dimensão que devemos trabalhar com o esporte. Ou seja, ultrapassa o âmbito do Governo para se tornar política de Estado, para todos os brasileiros e não para uma pequena minoria, não para quem pode pagar. Esse é o primeiro conceito.

E o esporte tem de ser considerado política pública essencial, indispensável. Pode ser secundário para quem pode pagar mensalidade numa academia ou se associar a um clube de lazer. Se for política essencial como a da saúde, teremos de possibilitar o acesso a toda a população. Temos de elaborar políticas públicas que materializem esses objetivos. Esse é o grande desafio.

As políticas públicas para o esporte têm de beneficiar o conjunto da população. Mas sabemos que, devido às dificuldades atuais, é preciso definir prioridades. Para implantar as políticas públicas do esporte de forma conseqüente, temos de definir as prioridades. A nossa prioridade é a inclusão social de crianças e



adolescentes carentes através do esporte. É com o Programa Segundo Tempo que pretendemos materializar esse desejo, possibilitando o acesso das crianças à prática esportiva, à alimentação e ao reforço escolar.

Exponho aqui esses parâmetros por considerá-los essenciais para o bom entendimento do conjunto de medidas das quais passarei a tratar.

(Segue-se exibição de imagens.)

No plano de ação para este ano estão configurados certos objetivos estratégicos que pretendemos atingir, com a elaboração da Política Nacional de Esportes.

Aproveito a ocasião para anunciar a realização da 1ª Conferência Nacional do Esporte, convocada pelo Presidente Lula, através de decreto presidencial. A abertura da etapa nacional está prevista para o próximo dia 17, quinta-feira, às 14h, com a presença de S.Exa.

Reforço aqui, carinhosamente, o convite a todos os Parlamentares desta Casa — Deputados e Senadores —, especialmente aos membros da Comissão de Turismo e Desporto e das Frentes Parlamentares em Defesa da Atividade Física e do Esporte, bastante atuantes, para participarem da Conferência, a ser realizada entre os dias 17 e 20 de junho.

A etapa nacional contará com cerca de 1.300 participantes. Realizamos Conferências Estaduais e Municipais, para as quais foram mobilizadas mais de 80 mil pessoas. Em se tratando da 1ª Conferência Nacional do Esporte, considero-a um absoluto sucesso. É bom ver pessoas das mais variadas áreas debatendo uma política para o setor, tratando de inclusão social, de esporte educacional e de rendimento, do esporte que preserva a saúde e do que gera emprego e renda. Refiro-me tanto aos atores do esporte quando aos seus beneficiários. Muitas pessoas que participaram das Conferências não fazem parte de nenhuma entidade esportiva, mas têm interesse no desenvolvimento do setor, como os estudantes, os trabalhadores rurais, as entidades sindicais, ou seja, a sociedade civil.

Em se tratando da Política Nacional de Esportes, temos de discutir algumas prioridades para atingir as metas previstas. A prioridade fundamental é o financiamento do esporte. Sem recursos, tornam-se inócuos os nossos muitos planos teóricos e a nossa boa vontade.



Determinamos como prioridade a aprovação do projeto da Lei de Incentivo ao Esporte. Essa é a vontade expressa pelo Presidente Lula. O projeto está sendo elaborado pelo Ministério do Esporte e por outras áreas do Governo, como o Ministério da Fazenda. E precisaremos novamente da grande colaboração do Congresso Nacional para aprová-lo.

A Lei de Incentivo ao Esporte representará a redenção do esporte brasileiro. É o instrumento que aumentará o financiamento ao esporte, pois estimulará a iniciativa privada a apoiar o setor, assim como ocorreu na área da Cultura. Não tenho dúvida de que muitas empresas terão interesse de associar o seu nome a uma modalidade de esporte e passar à sociedade a mensagem de promotoras do desenvolvimento, da solidariedade, da saúde e da vitória. Isso tudo ajuda muito a fidelizar os clientes aos produtos. Progressivamente, será adotada no Brasil essa cultura de financiamento do esporte pela iniciativa privada.

O nosso Governo entende que, nesse caso, as empresas vai vão abrir mão de seus recursos, mas, sim, fazer um investimento. Recente relatório da ONU mostrou que cada dólar investido no esporte gera economia de 3,2 dólares nos gastos da área de saúde.

Se acrescentarmos o setor de segurança, haverá maiores investimentos na área esportiva. Recente relatório divulgado pela UNESCO sobre a violência no Brasil apontou o crescimento do número de homicídios. O que mostra essa pesquisa, essencialmente? De 1980 até 2002, a taxa de homicídios praticados por adultos manteve-se estável, em torno de 20%; entre os jovens, houve crescimento de 5,5% ao ano, ou seja, em 1980, aproximadamente 32% dos homicídios eram cometidos por jovens e, hoje, chegam a 54%. O dado demonstra que é na faixa etária da juventude que se mata e morre mais.

Com investimentos no esporte, podemos criar programas destinados à ocupação do tempo dos jovens com a prática esportiva, que é prazerosa, muito barata e possibilita o seu desenvolvimento físico e intelectual. Em larga escala, investir no esporte representa investir na população brasileira. E, por isso, essa ferramenta deve ser acessível a todos.

Conforme é do conhecimento dos companheiros, o Programa Segundo Tempo é prioritário para o Ministério do Esporte, porque promove a inclusão social. Ele cria um turno a mais para permanência da criança na escola: num turno, ela



estuda e, no outro, pratica esporte, recebe reforço escolar e alimentação. O custo é de 25 reais/mês por criança. É muito barato. O programa vai ultrapassar a marca 1 milhão de crianças atendidas no próximo mês de julho. Hoje, aproximadamente 800 mil crianças são beneficiadas. E todos os convênios firmados vão funcionar no final de julho. Esses números caracterizam-no como o maior programa do mundo de inclusão social através do esporte. É a comprovação de que o esporte é uma ferramenta de inclusão social.

O Programa Segundo Tempo é desenvolvido em todas as regiões do País, numa grande parceria com a sociedade brasileira. Trata-se de verdadeira rede de proteção das crianças. Incluímos quase 1 milhão de alunos no programa sem construir uma quadra de esporte, uma piscina, um ginásio. Aproveitamos os equipamentos cedidos por nossos parceiros: SESI, SESC, Forças Armadas, Governos Estaduais, Prefeituras, clubes sociais e organizações não-governamentais. A Universidade de Brasília treina os instrutores: hoje, 11 mil estão em treinamento no Brasil. E a UNESCO faz a avaliação do programa.

Enfim, o Programa Segundo Tempo deve ser expandido cada vez mais, pois ocupar o tempo livre da juventude significa promover a melhoria do ensino, elevar a auto-estima dos alunos, preservando-lhes a saúde e propiciando o desenvolvimento de habilidades e da cidadania. Esse programa não forma atletas, mas, sim, cidadãos. Inevitavelmente, a prática do esporte leva à formação de atletas, mas o objetivo estratégico da ferramenta esporte é este: a formação de recursos humanos.

Em relação ao número de crianças atendidas por Estado, cito alguns exemplos: na Bahia, se não me falha a memória, mais de 30 mil crianças são beneficiadas; no Ceará, onde foi lançado recentemente o programa, 49 mil crianças são beneficiadas; e, no Piauí, estão inscritas 22 mil crianças.

O Programa Segundo Tempo já abrange 600 Municípios do Brasil. A nossa meta é chegar rapidamente a mil, ou seja, a 20% do total de Municípios brasileiros. Se a escola tiver condições físicas, a criança, após as aulas normais, permanece no estabelecimento, almoça, recebe reforço escolar, pratica esporte e, mais tarde, recebe outra refeição.

As Capitais merecem destaque. Em Manaus, por exemplo, as escolas públicas têm boa estrutura, tanto municipais quanto estaduais. Há quase 450 escolas capacitadas. Basta que disponham de um refeitório, de banheiros com



chuveiros, e de equipamentos esportivos para manterem um grupo de 200 crianças no contraturno. Não podem ficar todas, obviamente, porque a escola será ocupada pelos alunos do turno normal. São as duzentas crianças que mais precisam permanecer na escola, precisam de reforço escolar, porque não têm quem fique com elas em casa. E há uma série de outros motivos. É uma espécie de tempo integral, sem precisar construir estruturas físicas gigantescas. São coisas extremamente simples e baratas.

Eu destacaria também como ação prioritária — e quero dividir isso um pouco com os nossos companheiros do Congresso Nacional — a Timemania. Nossa intenção é criar uma loteria que utilizará os símbolos dos clubes, que vão ganhar por isso. Essa é uma ferramenta muito importante para discutirmos o saneamento dos clubes. A Timemania vai dar uma perspectiva ao futebol, particularmente, que é uma modalidade de esporte de grande importância para o Brasil, para sanear as dívidas dos clubes. Trata-se de um recurso que não será dado. Ou seja, os clubes vão receber pela cessão do seu símbolo. Será algo vai estimular muito, por ser democrático e envolver 80 clubes no Brasil. A contrapartida é no sentido de que esse recurso seja utilizado para o pagamento da dívida. Vai direto da Caixa Econômica Federal para a Receita. Há uma receita nova. Pede-se outras receitas dos clubes, como uma parte da renda, uma parte de movimentação dos atletas e terá uma programação de saneamento ao longo do tempo. Quem deve mais vai demorar mais tempo, quem deve menos, menos tempo. Mas haverá uma perspectiva de saneamento das dívidas dos clubes no Brasil.

Essa ação é estratégica. Evidentemente que estamos discutindo também a questão dos clubes formadores de atletas, para que se continue valorizando o clube que forma atleta. Não pode o clube ficar descapitalizado dessa forma. E também está em estudo no Ministério uma legislação trabalhista própria para o jogador de futebol. É isso é algo que temos de fazer obviamente junto com o Parlamento, porque é aqui que estão os nossos grandes parceiros na elaboração dessa política. É nessa conjuntura que está a questão da Timemania.

Citarei agora algumas questões fundamentais, para já finalizar, como por exemplo o esporte social. Essa é uma questão que apresentamos para justamente dar o enfoque de que o esporte é uma ferramenta maravilhosa de desenvolvimento



social. Isso tem de ser utilizado como política pública em todos os Municípios no Brasil.

Citei também o caso aqui do Segundo Tempo, mas o programa Pintando a Liberdade, que confecciona materiais esportivos para o programa e para a escola, também gera emprego e renda e é hoje o maior empregador dos presídios do Brasil. Há também o programa Esporte Lazer da Cidade, que tem por objetivo estimular o direito de todos ao lazer, sobretudo para quem não tem condições de pagar, porque, num País com grandes dificuldades, muita gente acha que lazer é uma coisa supérflua e para poucos, quando é fundamental para o desenvolvimento humano de qualquer pessoa, para que ela tenha qualidade de vida. Então, estamos desenvolvendo esse projeto.

A participação da sociedade na elaboração da política pública é indispensável. Já me referi aqui à Conferência Nacional de Esportes, para a qual criamos uma ouvidoria, no Ministério do Esporte, justamente para receber todo tipo de sugestão, de propostas, de denúncias, para interagir, para se criar um canal que possa receber sugestões da sociedade. A ouvidoria tem grande demanda, apesar de existir há pouco tempo. Não deve ter nem 3 meses que nós a inauguramos, mas seu funcionamento é espetacular.

Quanto aos fóruns estaduais, está aqui o Presidente do Fórum Nacional dos Secretários e Gestores Estaduais de Esporte, Sr. Lars Graef. Temos nos reunido praticamente uma vez por mês, às vezes até mais do que isso. E essa política vem sendo discutida com o Secretário. Não é algo de baixo para cima. Isso é sintonizado, harmonizado com as Secretarias, para se ter uma política nacional no Brasil. Os secretários todos são parceiros desses programas. A maior parceria, por exemplo, no programa Segundo Tempo, na maioria dos Estados, são com os Secretários Estaduais de Esportes do Brasil. Temos o Fórum de Secretários Municipais e reativamos o Conselho Nacional de Esportes, que está funcionando plenamente. Do Conselho é que vem a Comissão, que é ligada ao Conselho Nacional de Esportes, com uma comissão de futebol permanente. Há também uma comissão permanente antidoping, dirigida pelo Dr. Eduardo Henrique De Rose, um dos maiores especialistas no assunto. Enfim, é outra alternativa.

Também encomendamos ao IBGE um estudo sobre a realidade desportiva brasileira e que deve ficar pronta no final do ano — neste ano uma grande parte e,



no final, completamente. Teremos um diagnóstico científico do que existe tanto fisicamente como de manifestações esportivas no Brasil. Porque indispensável para se ter uma política nacional de esportes é um diagnóstico correto: quais são as modalidades, áreas características que têm mais vocação em determinadas regiões do Brasil. Temos de fazer isso de forma sintonizada, para saber o que já há de equipamento e não precisa mais ser feito.

Isso tudo, tenho certeza, terá um efeito muito bom, inclusive na parceria do Ministério com o Congresso Nacional na elaboração do Orçamento, porque podemos reforçar áreas que têm mais carência, trabalhar em conjunto e otimizar a aplicação desses recursos.

Quanto ao financiamento, citei o Bolsa-Atleta, projeto que ainda vamos aprovar. Com fé em Deus já vamos dar essa notícia aos nossos atletas que vão para Atenas. Há também a nova loteria e o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente — CONANDA, que este ano já financiou programas esportivos sociais. Isso já é uma lei de incentivo para programa social que temos de acionar mais. Inclusive, estamos preparando a divulgação de um programa para a sociedade já saber disso e de fato acionar. O Congresso Nacional já aumentou o limite da aplicação dos recursos do CONANDA para programa social esportivo, que foi outra contribuição do Congresso.

As competições são sempre eventos esportivos que ajudam muito na divulgação, no estímulo à formação de recursos humanos, nos investimentos externos e na divulgação do País. Teremos as Olimpíadas agora e, com certeza, o Brasil terá um desempenho melhor do que teve em Sidney. E esse processo continua. Não vamos tratar pontualmente de cada olimpíada. Para se falar em olimpíada, há que se pensar, pelo menos, em 3 ciclos olímpicos para poder estruturar. Isso é um processo. E em 2007 haverá os Jogos Pan-Americanos no Brasil, que são uma grande prioridade. Devemos aproveitar a oportunidade para já mostrar que o Brasil tem capacidade de realizar grandes eventos esportivos. Para os Jogos Pan-Americanos já há mais de 8 mil atletas, número próximo ao de uma olimpíada. Então, vamos fazer os Jogos Pan-Americanos já com características de jogos olímpicos, com todo o rigor.

A passagem da tocha olímpica pelo Brasil, evento que ocorreu pela primeira vez na história da América Latina, na América do Sul, foi uma grande conquista e



mostra como o Brasil é receptivo e seu povo é generoso, acolhedor, hospitaleiro, alegre. Mostrou a beleza do Brasil e a nossa capacidade organizativa, sobretudo no que diz respeito à utilização dos recursos humanos no Brasil. Podemos estar atrasados em um bocado de coisas — e temos problemas sérios para resolver com relação à questão da violência, do saneamento, coisas que foram apontadas agora no julgamento da candidatura do Brasil para sediar os jogos olímpicos em 2012, e fomos já excluídos nessa fase. Contudo, concretamente, o Brasil tem recursos humanos nos esportes que outros países desenvolvidos não têm. Em nenhum lugar em que a tocha vai circular ela será conduzida pelo maior atleta do século. Só no Brasil é possível acontecer isso. E temos aqui tantos outros atletas, como Lars Grael, Ronaldo. Temos também os ex-atletas e os atuais. É evidente que é um grande *show* riqueza extraordinária deste País.

Vamos instalar uma política de alto rendimento no Brasil que vai desde a detecção de talentos até o alto rendimento. Uma equipe de especialistas estuda hoje uma política de atenção ao talento. Vamos treinar todos os professores de educação física do Brasil, nas escolas, para detectar talentos. Vamos constituir equipes que irão treinar esses talentos para se desenvolverem e instalar Centros de Alto Rendimento no Brasil.

Nossa idéia é instalar 5 Centros de Alto Rendimento no Brasil. Vamos fazer um agora, no final deste mês, começo de julho, que será o primeiro Centro de Alto Rendimento do Brasil na Região Norte, em Manaus. Vamos aproveitar o Centro Olímpico, no qual faremos pequenas reformas. Será o primeiro Centro de Alto Rendimento da Região Norte, repito.

Por que começar por aí? Porque é preciso dar oportunidades às pessoas que vivem nas regiões que têm mais dificuldades. Ao construir em Manaus o primeiro centro, talentos do Acre, do Amapá, de Roraima e de Rondônia também poderão ir para um lugar onde vão poder morar, estudar e praticar esporte, com toda a estrutura médica, apoio fisioterápico e nutricional num mesmo lugar. Será um Centro de Alto Rendimento especializado, multiprofissional.

Queremos fazer um desses centros em que cada região do Brasil até o final do Governo Lula e, quem sabe, num período não muito longe, cada Estado do Brasil tenha um Centro de Alto Rendimento para acolher seus atletas. Esse é o nosso objetivo estratégico.



Esses Centros de Alto Rendimento serão criados com base em uma experiência que aconteceu na Espanha. A Espanha adotou esses centros, que têm um desenvolvimento muito semelhante aos nossos. Eles começaram 5 anos antes das Olimpíadas de Barcelona e hoje a Espanha está bem posicionada no mundo, disputa várias modalidades, mas é evidente que essa é uma característica econômica e tem que ser adaptada a nossa realidade. Vamos começar com algumas modalidades, depois cresceremos. E faremos isso em todo o Brasil.

Neste quadro temos cooperações internacionais que fazem parte de uma política. Estamos cooperando com muitos países do mundo em troca de técnicos, de experiências variadas em diversas áreas, com uma indicação especial na América do Sul. Na África estamos implantando o Programa Segundo Tempo, tanto em Angola como em Moçambique, para mil crianças. Estamos instalando uma fábrica de bolas e esse Programa Segundo Tempo. Queremos inaugurá-la já no próximo mês. Trata-se de uma ação de solidariedade muito importante para mostrar como se faz. Vamos acompanhar mil crianças durante um ano e depois disso eles implantarão o programa no País inteiro. Um programa como esse que tem que ser estendido a todo mundo, sobretudo aos países pobres, porque são programas baratíssimos.

Na agenda legislativa, temos o Estatuto do Desporto em destaque, porque essa é a grande tarefa desta Comissão. Contamos, claro, com a contribuição do Congresso. Já estamos debatendo todas essas características do Estatuto. Essa será uma contribuição muito importante. Como o Estatuto trata de cada grande área do esporte brasileiro, o Congresso participará de forma ativa de toda a elaboração dessa política. A política do esporte estará sintonizada com sua legislação. Tudo o que o Congresso fez recentemente, com a aprovação dessas duas ferramentas que asseguram transparência, prestação de contas e calendários estáveis, são conquistas muito importantes para o esporte brasileiro. Então, depositamos uma confiança muito grande nisso e temos certeza de que essa Comissão, formada por Parlamentares, sabe a força que tem o esporte no Brasil. E teremos no Estatuto uma oportunidade de ouro de trabalharmos junto com o Executivo e o Legislativo para construirmos uma peça legislativa que congregue toda essa legislação esportiva brasileira de uma forma moderna, ágil e que, de fato, seja cumprida.



Não poderíamos falar de esporte no Brasil e não falar de futebol. O futebol é um carro-chefe, uma modalidade de massas que ultrapassa o aspecto esportivo, uma questão cultural do nosso povo. Temos interesses específicos, o Estado tem interesse de que o futebol caminhe bem, porque as ações nos estádios repercutem na sociedade. Então, se eu tenho no futebol uma oportunidade gigantesca de, com o Estatuto do Torcedor, ter segurança nos estádios, isso repercute no Brasil no sentido de que é possível tratar bem a segurança. Já constituímos uma Comissão Nacional de Prevenção da Violência e Segurança nos Espetáculos Esportivos, juntamente com o Ministério da Justiça, que promoverá toda uma ação integrada com os agentes responsáveis pelo espetáculo — refiro-me ao Ministério Público, às polícias, aos clubes, às Secretarias de Esporte, às Secretarias de Transportes —, para garantir a boa aplicação do Estatuto de Defesa do Torcedor.

A aplicação do Estatuto de Defesa do Torcedor é indispensável. Estamos avançando nesse sentido e vamos continuar trabalhando com muita força, porque é uma conquista tratar o torcedor como cidadão. O Código Brasileiro de Justiça Desportiva, que aprovamos no final do ano passado, está em vigor para garantir o *fair player*, garantir o jogo limpo dentro do campo, ou seja, para garantir o bom espetáculo. O código pune severamente quem não quer o espetáculo e quer apenas machucar os outros ou fazer o antijogo.

No Brasil, temos um calendário esportivo gigantesco, de causar inveja a qualquer País do mundo. Para citar alguns exemplos: no meio do ano teremos os jogos universitários; teremos os jogos dos povos indígenas em Porto Seguro, na Bahia, no mês de agosto; teremos os jogos escolares brasileiros, já em outro formato, em novembro. Os jogos escolares serão televisionados, terão grande repercussão. As escolas vencedoras serão premiadas com pistas, piscinas, quadras, visando incrementar a prática do esporte nas escolas. Toda a política esportiva para as escolas está sendo realizada em conjunto com o Ministério da Educação. É uma política só, mas é uma política de Governo que busca o incremento da prática do esporte nas escolas brasileiras. E esses jogos servirão de grande estímulo à prática esportiva.

Nesses 5 minutos que me restam, passarei o vídeo do Segundo Tempo e encerrarei minha apresentação.



Estou extremamente otimista com o que está acontecendo com o esporte neste momento. De fato, é estimulante, porque há uma decisão política de fazer do esporte uma ferramenta para todos os brasileiros. Há uma decisão política do Presidente da República, pessoalmente grande entusiasta do incremento dessa prática. E há também uma grande união entre Secretários Estaduais e Municipais, o Congresso brasileiro e as entidades esportivas. Há, realmente, uma perspectiva maravilhosa para o desenvolvimento do esporte do Brasil.

Vamos agora apresentar o vídeo Segundo Tempo, que tem apenas 5 minutos, mas fala mais do que muitas palavras sobre a importância de existir um programa de inclusão social por meio do esporte. *(Pausa.)*

Como houve um problema com o som, vamos continuar.

Já posso encerrar minha exposição. Depois da fala do Lars, passaremos o documentário.

Como os senhores puderam perceber, para o sucesso de uma política como essa, é preciso uma grande união de todos os segmentos. O esporte tem uma característica diferente de outras áreas do conhecimento e é necessário dar um grande salto no Brasil nesse sentido. Por exemplo, nossa meta é fazer com que a base do sistema esportivo do Brasil seja a escola. Pretendemos abranger os 38 milhões de crianças do ensino médio e fundamental do País. Essa tem que ser a base do sistema. Temos de tornar a escola mais agradável, prazerosa, transformá-la em um segundo lar, oferecendo atividades esportivas e de expressão corporal, ensinando os alunos a ser solidários e a respeitar a si próprios e ao próximo. Tudo isso está relacionado ao valor do esporte. Só que o esporte, a educação e o Parlamento não fazem isso sozinhos, mas juntos faremos isso com certeza, agregando a política com o financiamento e com os executores dessa política, que envolvem entidades esportivas, a sociedade civil e parceiros privados. Enfim, seria uma grande união do nosso povo. E o resultado seria transformar uma ferramenta barata, prazerosa, acessível, que é a cara, o DNA do Brasil, em uma política pública de Estado para milhões de brasileiros. Isso está na mão. Com essa união, tenho certeza absoluta do sucesso dessa empreitada.

Conto com a ajuda de todos os senhores, especialmente desta Comissão, que está cuidando dia a dia do interesse do esporte, das Frentes Parlamentares do



Congresso Nacional, de todos os Parlamentares que vivem isso cotidianamente em sua atividade parlamentar.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Deley) - Nós é que agradecemos, Ministro. Com certeza foi de uma riqueza muito grande sua exposição.

Passo a palavra agora ao Sr. Lars Grael, Presidente do Fórum Nacional de Secretários e Gestores de Esporte e Lazer.

O SR. LARS GRAEL - Boa-tarde a todos.

Gostaria de saudar o Exmo. Ministro de Estado do Esporte, Deputado Federal e amigo Agnelo Queiroz; o Presidente da Comissão Especial do Estatuto do Desporto, Deputado Federal Deley, atleta e competente Secretário Municipal que foi de nossa Volta Redonda; o Sr. Relator, Deputado Federal Gilmar Machado, com quem aprendi a conviver e a admirar nos meus 5 anos e meio que se vão de vida pública, pela sua dedicação e retidão, pelo desempenho que tem à frente desse tema; e a todos os Parlamentares presentes.

Senhoras e senhores, hoje estamos aqui nesta reunião, às vésperas da Conferência Nacional de Esportes, praticamente definindo — ou redefinindo — o papel do Estado perante o desporto.

Como atleta, minha primeira competição em âmbito nacional foi representando o Distrito Federal nos JEBs, Jogos Estudantis Brasileiros. Fiz minha estréia em 1974, nos JEBs de Campinas. Aquilo fazia parte da política do fomento do então Ministério da Educação e Cultura — MEC.

Porém, naquela fase, nos anos 70, o papel governamental estava basicamente voltado para o fomento ao desporto de rendimento. O Governo subsidiava e mantinha as entidades nacionais, que existiam em número menor do que hoje. Também nomeava e destituía os dirigentes do esporte nacional de forma autoritária, comportamento característico daquele período.

Sob influência do programa que existia em todo o mundo nos anos 70, o Sport for All (Esporte para Todos), veio a questão da democratização do esporte, o desporto de participação e já o início de uma vertente social que influenciou muito, a meu ver, a Constituinte, que, no art. 217 da Constituição, redefiniu o papel do esporte perante o Governo e os direitos do cidadão. O Governo priorizou de investimentos para o desporto educacional e para o de criação nacional.



Ainda falando sobre a legislação esportiva, após a Constituinte, o País evoluiu muito nessa área. Várias leis foram sancionadas, como a Lei Zico, a Lei nº 9.615, a Lei Pelé, com suas modificações, a chamada Lei Maguito Vilela, decretos e MPs.

Hoje, a legislação esportiva nacional é uma colcha de retalhos, uma obra inacabada e voltada para os interesses mercadológicos do futebol — alguns positivos e outros, nem tanto. Muitas vezes, o desporto olímpico, o paraolímpico, o de aventura, o de lazer e a inclusão social, por intermédio do esporte, ficaram à margem dessa legislação. Por isso, é fundamental voltar a esta Casa para discutir o tema. E é sobre isso que a Conferência Nacional discutirá: quais são os rumos do esporte nacional?

Tivemos alguns avanços no passado recente, como a aprovação da Lei do CONANDA, que passou a reconhecer o esporte como meio de ação social. Hoje, isso parece óbvio, mas esse reconhecimento não existia. Mas há distinção entre conhecer e colocar em prática, como o Ministro Agnelo Queiroz sabe muito bem. A prática começará agora em sua gestão. A Lei Agnelo/Piva — lei leva também o nome do Ministro Agnelo Queiroz pelo importante papel por ele desempenhado na Câmara dos Deputados e no Senado Federal — destina recursos oriundos das loterias ao esporte olímpico e paraolímpico nacional. A aprovação dela, em 2002, representou um avanço fundamental.

A implantação do Programa Esporte na Escola, com a redefinição por esta Casa da Lei de Diretrizes Orçamentárias, que resgatou a educação física obrigatória na escola, também representou um avanço, porque criou a estrutura legal para se investir em esporte na escola. Mas ainda há uma diferença grande entre a retórica e a prática. Dados do MEC de 2000 demonstram que, na Região Nordeste, para cada quadra poliesportiva em escola há 23 escolas. Como podemos obrigar os alunos a praticar educação física se não há meios para isso? Em São Paulo, meu Estado, a relação é muito mais equilibrada: para cada quadra poliesportiva em escola, há 1,5 escola. A média nacional era de 6,3. Há uma defasagem muito grande de investimentos.

Em 2002, tivemos uma lei isentando de IPI e do Imposto de Importação a importação de material olímpico e paraolímpico sem similar técnico nacional. Espero que ela seja renovada para o próximo quadriênio, já pensando na participação do Brasil nos Jogos Pan-Americanos de 2007 e nos Jogos Olímpicos de 2008.



Em virtude da discussão sobre a moralização do futebol, na Câmara dos Deputados e no Senado Federal, em 2002, tivemos o Estatuto do Torcedor, com base no parecer da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, o qual tem sido colocado em prática pelo Governo Lula e que representou um divisor de águas em relação à postura do futebol perante a sociedade.

No modelo de gestão, o esporte vem ganhando mais atenção governamental. Antes era um departamento solto dentro do MEC. Criou-se, então, um Ministério Extraordinário, cuja direção foi dada ao Atleta do Século, Pelé, que fez ali um belo trabalho. Mais tarde, tivemos a criação do INDESP, autarquia vinculada ao Ministério. Depois, com o Ministério do Esporte e Turismo, passamos a ter *status* de Ministério. Hoje, temos um Ministério específico para o esporte, tendência acompanhada pelos Governos Estaduais e Municipais, que hoje vêm dando ao esporte o *status* de Secretaria.

Nesse passado recente, tivemos a introdução e a evolução de programas federais, estaduais e municipais, usando o esporte como ferramenta de inclusão e ação social. Criou-se, na fase do Pelé, o Programa Esporte Solidário e o Projeto Pintando a Liberdade, que cresceram com os sucessivos Ministros — Rafael Grecca, Carlos Melles e Caio Luís de Carvalho.

Os Programas Esporte Solidário e Esporte na Escola, por exemplo, foram fundidos, na gestão do atual Ministro Agnelo Queiroz, no Programa Segundo Tempo, tão bem apresentado por S.Exa.

Outras ações, como o Projeto Navegar, mudaram a cara do esporte no Brasil. Embora o volume de investimentos do Ministério, nos últimos anos, tenha sido muito pequeno para produzir impacto nacional, serviu como indução. Teve um simbolismo muito forte, por mostrar o que o esporte pode produzir. O Ministro Agnelo Queiroz mostrou que o custo mensal de um jovem no Programa Segundo Tempo é 25 reais. Quanto custa um jovem, que não tem acesso a um programa desses, numa FEBEM da vida? Mil setecentos e cinqüenta reais. Trata-se de investir na prevenção. Não é gasto, mas investimento. Nós, da área do esporte, temos de mostrar esse novo paradigma à sociedade.

Tivemos também maior participação de dirigentes brasileiros em organismos internacionais. Eu mesmo presidi o Conselho Sul-Americano do Desporto, em 2001 e 2002. Hoje, o Presidente do COB, Carlos Arthur Nuzman, preside a Organização



Desportiva Sul-Americana — ODESUR. A união da ODESUR e do CONSUD foi fundamental para a realização dos Jogos Sul-Americanos de 2002, em Belém, São Paulo, Rio de Janeiro e Curitiba, estratégica para a captação dos jogos Pan-Americanos de 2007. Hoje, o Prof. Manoel Gomes Tubino, grande ícone da educação física nacional, é Presidente da Federação Internacional de Educação Física — FIEP; o Prof. Eduardo Henrique de Rose, grande especialista em política contra dopagem no esporte, preside a Organização Mundial de Medicina Esportiva e faz parte do Conselho da Agência Mundial Antidoping, da qual fui conselheiro fundador.

Fracassamos, pela terceira vez, ao candidatar o Rio de Janeiro para sede dos Jogos Olímpicos de 2012. Por que, pela terceira vez, o Brasil entra numa disputa — Brasília 2000, Rio 2004, Rio 2012 —, que resulta em eliminação precoce, no primeiro critério de avaliação? Cabe uma nova abordagem, uma nova estratégia em relação a futuras candidaturas.

Curiosamente, sábado, ao participar de um foro internacional, em Barcelona, eu encontrei o ex-Presidente do Comitê Olímpico Internacional, Juan Antonio Samaranch, que me perguntou como foi o impacto da eliminação do Rio de Janeiro no Brasil. Disse-lhe que não foi tanto, porque teremos os Jogos Pan-Americanos em 2007, que servirão como um grande atrativo e um grande desafio para o esporte nacional. Ele disse: *“Lembra quando você esteve, com seu Ministro e o Presidente do COB, em 2001, em Lausanne? Eu disse a vocês que o Brasil só teria chance real de sediar as Olimpíadas depois de realizar com sucesso os Jogos Pan-Americanos”*. Estamos no rumo certo, aprendendo talvez com os erros. Os Jogos Pan Americano de 2007 são uma meta importante.

Temos de ressaltar que o esporte nacional vem se organizando melhor, até mesmo de forma setorial. Secretários Estaduais de Esporte ou gestores estaduais vinham ao Ministério com o pires na mão, para conseguir apoio. Hoje, já existe um foro constituído, em que os 26 Estados e o Distrito Federal se reúnem para discutir políticas, para trocar experiências, para levar reivindicações ao Ministro do Esporte e para dar sustentação à implantação de suas políticas.

Criou-se a Comissão Nacional de Atletas e a Associação das Secretarias Municipais de Esporte e Lazer. Colocou-se em prática, em 2002, reuniões do Conselho Nacional de Esporte, e com mais freqüência na gestão do Ministro Agnelo



Queiroz. Criou-se, em 1995, o Comitê Paraolímpico Brasileiro. O Brasil foi o primeiro país da América do Sul a criá-lo. A Educação Física criou o seu Conselho Federal, o CONFEF, hoje muito atuante. Tivemos a criação da Confederação Brasileira de Clubes e da Organização de Entidades Esportivas Não-Olímpicas, a ONED. Houve avanços com referência à representação do esporte.

Mas agora talvez seja o momento da grande virada. A Conferência Nacional começará, em 2 dias, aqui em Brasília. Ela se difere das experiências anteriores, porque, desta vez, foi convocada pelo Presidente da República. Temos um Ministro específico para o esporte, que promoveu uma ampla mobilização com Secretários Estaduais e Municipais, com entidades esportivas e não esportivas que representam a sociedade em busca da definição de uma política nacional para o esporte. Ou seja, buscamos a conscientização de todos tendo em vista um mesmo ideal: a inclusão do esporte definitivamente na agenda social governamental.

Temos também outro fator importante: a unidade. Divergências são normais e saudáveis até, mas a unidade de todos os que defendem um mesmo ideal para o esporte e a necessidade de o esporte ser valorizado em face das ações governamentais.

Temos de levar em consideração experiências anteriores do gênero. Pude presenciar algumas. Houve um congresso nacional do esporte no Rio de Janeiro, em 1999, muito bem promovido pelo então Presidente do INDESP, Prof. Tubino, que teve esse pretensão. Já em 2000, Augusto Viveiros, então Presidente do INDESP, promoveu um fórum nacional em Londrina, no Paraná. Coordenei uma câmara setorial do esporte de âmbito nacional. Foram 15 reuniões em 9 meses em busca de outra redefinição de política. O COB promoveu em 2001 o Fórum Brasil Olímpico, e sobretudo o debate permanentemente realizado nesta Comissão Especial do Estatuto do Desporto, que contou com centenas de pessoas dando depoimentos, trazendo contribuições, documentos etc. Isso evolui na formulação do Estatuto cuja aprovação vejo com certa preocupação — agora, talvez com mais otimismo. São 3 anos de tramitação na Casa. Falta até maior conscientização da comunidade esportiva nacional para impulsioná-lo. O Brasil precisa de nova legislação esportiva.

Hoje, a união suprapartidária em torno do esporte é patente, como foi, aliás, quando fui Secretário Nacional do Esporte. Posso ressaltar que, à época, os meus melhores parceiros eram Deputados então da Oposição: Agnelo Queiroz, do PCdoB,



e o Gilmar Machado, do PT de Minas Gerais, que contribuía em favor da causa do esporte. Esse espírito corporativo, no bom sentido, que o esporte tem hoje é necessário, porque a cultura o possui. A cultura sempre soube, unida, defender os seus interesses. Anteriormente aprovou a Lei Sarney; depois, aprovou a Lei do Audiovisual, a Lei Rouanet. Qualquer ameaça a hegemonia da lei, eles se unem e conseguem proteção. Isso é saudável. A cultura teve uma evolução notável no Brasil nos últimos anos. O esporte precisa também evoluir ainda mais.

A consolidação do Ministério do Esporte é fundamental para nós. O esporte ter um Ministério específico foi um anseio da comunidade esportiva, e é nossa responsabilidade sustentá-lo e apoiá-lo para a obtenção de grandes resultados, a fim de que seja um Ministério permanente, assim como as Secretarias Estaduais e Municipais.

A valorização do profissional de educação física também é fundamental. De que adianta se construírem ginásios, quadras de esportes nas escolas se não há o profissional, o protagonista que levará a educação física, a prática esportiva aos jovens? Talvez, se eu tivesse que optar entre uma escola sem quadra, mas com profissional, e uma escola com a quadra, mas sem profissional, eu preferiria o profissional. Ele tem meios de interagir com a comunidade, de usar um clube, um quartel, o meio ambiente e fazer a educação física acontecer. Valorizar esse profissional é fundamental.

Outro desafio é a democratização do esporte. Incomoda à sociedade e a nós, esportistas, gestores do esporte, o fato de o Brasil estar tão “bem” no *ranking* de homicídios entre os jovens: é o 5º país onde mais se mata jovens. É uma vergonha nacional. Devemos investir na prevenção, no combate à ociosidade, levar valores aos jovens, fazê-los ver que o esporte agrega. Vimos a cerimônia da tocha olímpica, domingo no Rio de Janeiro: a celebração da paz, da compreensão, da união entre povos de diferentes etnias e religiões, dos valores de equipe e do patriotismo sem sectarismo. Tudo isso o esporte agrega. Quando o brasileiro manifesta espontaneamente seu patriotismo, ao tirar da gaveta a sua bandeirinha do Brasil e colocá-la na janela de casa ou do automóvel? Na Copa do Mundo de Futebol, nos Jogos Pan-Americanos, nos Jogos Olímpicos. O esporte pode agregar muito mais valores ainda à educação brasileira.



Mas, voltando à Conferência Nacional de Esportes, acho fundamental — e já conversei a respeito com o Ministro Agnelo Queiroz — a necessidade da busca de resultados. Que a Conferência vai ser um sucesso, que vamos formular uma política, eu não tenho dúvidas. Mas, depois, como colocar essa política na prática? Como vai ser o *day after* da Conferência? Como administrar a expectativa criada, porque ter uma política é fundamental e vamos ter uma revisão dessa política agora. Como vamos financiar essa política? Quais serão as formas de financiamento e em cima de que base legal? Isso é fundamental. Algumas propostas nós temos que levar à frente.

O Governo Federal, nos últimos anos, investiu em média no esporte — vejam só! — 0,02% do Orçamento da União. Pode? Talvez nem se justifique haver um Ministério para isso. O Ministro faz de tudo para interagir com outros programas ministeriais para ter um bom resultado, e está provando que é possível ter-se bons resultados. Mas os recursos hoje destinados ao esporte são muito pequenos. É quase a constatação de que a retórica às vezes não condiz com a prática. Nos Estados, e posso ter acesso a esses dados pelo Fórum de Secretários Estaduais, a média que hoje eles investem em esporte é 0,2% dos respectivos Orçamentos. É muito pouco.

Alguns Municípios, sim, dão prova do que o esporte é capaz de fazer. O Deputado Deley foi Secretário Municipal em Volta Redonda, que se tornou uma referência nacional de investimentos para as pessoas portadoras de deficiência, para a terceira idade, para o paradesporto, para a ação social. S.Exa. fez uma ação brilhante em relação ao esporte solidário em Volta Redonda e mostrou que o esporte é capaz de mudar a sociedade.

Temos ainda outros Municípios, como São Caetano do Sul, que surpreendeu o Brasil ao apresentar o maior índice de IDH nacional, e segundo o Prefeito Municipal, Luiz Olinto Tortorello, muito da melhoria da qualidade de vida de São Caetano do Sul se deveu ao fato de que esse foi um Município que ousou investir na ação social, tendo como eixo de desenvolvimento a prática desportiva e a educação física. Ele pôde mensurar alguns índices, antes e depois desse investimento, e prova que o Estado de São Paulo economizou em São Caetano do Sul em termos de saúde, porque ele investiu na saúde preventiva, e de segurança pública. Hoje,



São Caetano do Sul investe 4,2% da sua arrecadação tributária em esporte e em educação física. Sertãozinho, próximo a Ribeirão Preto, investe 6%.

Talvez esse seja o caminho para se tratar o esporte com seriedade. Eu sei que nenhum Prefeito, nenhum Governador, nenhum Presidente da República, ninguém da área econômica gosta de vincular receita, de ter verbas carimbadas. Mas a sociedade exigiu, por meio deste Congresso Nacional, que obrigatoriamente 25% dos investimentos fossem feitos em educação; em saúde, 15%. Será que o esporte não pode ter 1%? Será que não está na hora de se redefinir o papel do Estado perante o esporte e de se propor uma lei de responsabilidade social do esporte, em que 1% dos orçamentos municipais, estaduais e federal sejam investidos no esporte, na perspectiva da ação social? Talvez esse seja o caminho.

A lei de incentivo fiscal do esporte, que o Ministro Agnelo tanto defende, e com muita propriedade, pois é autor da Lei Agnelo/Piva, é fundamental, pois cada vez fica mais patente que é dever do Estado promover a democratização do esporte. Mas, e o esporte rendimento, quem vai financiar? Talvez esse papel seja mais destinado à iniciativa privada. Mas sem isonomia, simetria, o dinheiro todo vai ser drenado para um lado, o lado da cultura. O esporte, hoje, está órfão de investimentos, sobretudo o esporte rendimento.

A Lei Agnelo/Piva foi a redenção para o esporte olímpico e paraolímpico, mas o esporte não olímpico — o automobilismo, as lutas marciais, o esporte de aventura —, que atualmente apresenta um grande crescimento, está à mercê de sua própria sorte. Então, essa lei de incentivo fiscal é fundamental e conta com o apoio da comunidade esportiva nacional.

O projeto de bolsa-atleta também é importante. Alguns Estados já aprovaram projetos de bolsa-atleta, e eu até participei da sua formulação com o Deputado Federal Agnelo Queiroz e com o Deputado Gilmar Machado. Há tempo tramitando aqui na Câmara, o projeto tem o apoio do Ministério do Esporte, pois também pode ser de grande relevância para o amparo ao atleta, até porque as verbas governamentais são drenadas pelas entidades que retêm parte dos recursos para sua gestão.

Em relação ao atleta, o que chega na ponta é muito pouco. Portanto, a forma de financiar diretamente o atleta é fundamental.



Existe ainda o ponto da democratização das entidades desportivas. Não se trata de fazer crítica a nenhum dirigente específico — temos bons e maus dirigentes esportivos —, mas defendo a idéia de Aurélio Miguel. Assim como o Guga fala do tênis, o Nelson Piquet falava do automobilismo, eu falo da vela e todos falam dos respectivos esportes. É necessário haver um rodízio maior nas entidades. Como diz Armando Nogueira, elas se transformaram em capitânicas hereditárias. No século XXI, num Brasil democrático, como isso pode acontecer? Aurélio Miguel, como ele mesmo diz, é um cidadão brasileiro que elege, na esfera municipal, o Vereador e o Prefeito; na esfera estadual, o Deputado Estadual e o Governador; na esfera federal, o Deputado Federal, o Senador e o Presidente da República. Ele é campeão olímpico de judô, medalha de ouro e de bronze em Olimpíada, campeão mundial universitário, mas não tem direito de voto na eleição do Presidente da Federação Paulista de Judô. Isso não pode ocorrer, algo está errado. É preciso que o atleta tenha voz e acesso ao processo decisório. O bom dirigente vai permanecer e tem de definir mandatos. Portanto, os ciclos olímpico, do Pan Americano, da Copa do Mundo e da vida pública no Brasil, nos Executivos federal, estadual e municipal, têm a duração de 4 anos. Se for um bom gestor, vai permanecer mais 4 anos. Digamos que ele seja reeleito e, se for bom mesmo, poderá fazer seu sucessor. Mas por que hoje há essa garantia de eternidade, de cargo vitalício? Esse é um ponto sobre o qual devemos a promover uma rediscussão.

Nesse fórum de que participei em Barcelona, tratou-se muito da responsabilidade social por meio do esporte e do papel do esporte em países em conflito, em guerra. Vi com muito bons olhos o fato de o Brasil, em missão de paz da ONU, ter enviado soldados ao Haiti. À frente do comando está o General Heleno, que conheço muito bem. Ex-Comandante da Escola de Educação Física do Exército, ele foi também jogador de voleibol e profissional de educação física. O Ministério do Esporte manifestou apoio à missão, enviando material esportivo para promover a distensão. Esse papel do esporte é fundamental.

Fiquei feliz ao ouvir, em Barcelona, que a ONU vai considerar 2005 como o Ano Internacional do Esporte e da Educação Física. Talvez, enfim, haja a virada, ou seja, maior conscientização sobre a importância ao esporte — ou, então, passar a julgá-lo de outra maneira.



Sr. Presidente, essa é a contribuição que podemos dar hoje como atleta, como Secretário Estadual, neste instante licenciado, a fim de mudar o papel do esporte. Há meios para isso. Temos um Ministro com vontade política e prestígio, tanto perante o Governo quanto perante a comunidade esportiva, e uma Comissão Especial composta por pessoas com uma trajetória de vida junto ao esporte nacional.

Desejo sucesso a todos. Coloco-me à disposição de V.Exas.

Muito obrigado. Bons ventos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Deley) - Muito obrigado, Lars Grael. Reforçando o comentário sobre a questão do Haiti, os haitianos disseram que, se o General Heleno levasse a Seleção Brasileira de Futebol, ele acabaria com todos os problemas daquele país. Nesse sentido, podemos ver a força do esporte.

Concedo a palavra ao Relator, Deputado Gilmar Machado, e, logo após, aos nobres Deputados inscritos.

O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO - Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Ministro Agnelo Queiroz, Secretário Lars Grael, agradeço a V.Exas. a presença nesta Comissão.

Reinício o debate sobre o Estatuto — debate iniciado no Governo anterior. Em primeiro lugar, quero dizer que tenho a certeza de que, a exemplo do Estatuto do Torcedor e de vários outros, esse Estatuto também será aprovado.

No meu entendimento — e o Estatuto tem um papel importante —, é importante, Sr. Ministro, que tenhamos a contribuição das comissões permanentes do Ministério e possamos ter acesso aos estudos sobre políticas públicas que essas comissões hoje desenvolvem, a fim de unificá-los. Isso facilitaria o nosso trabalho.

Em segundo lugar, para nós é importante — esse o objeto também da Conferência —, a partir do Estatuto, que não é uma lei, mas um instrumento que o Ministério vai ter de política, termos um sistema nacional de esporte.

Trabalhamos anos e anos no setor saúde para conseguirmos um sistema único. A resistência foi enorme, porque cada um quer desenvolver a sua área. É lógico que cada Estado tem suas características, mas temos de ter um sistema único implementado em todos os Municípios, independentemente de ele ser pequeno ou grande.



O mesmo ocorre com a educação. Não importa quem esteja no Governo, pois o sistema já está montado. Precisamos contribuir para que o sistema nacional de esporte seja montado, independentemente de quem esteja no Governo. A educação e a saúde não podem parar, e não vão parar. E precisamos fazer o mesmo para o esporte. O Estatuto não pode perpassar pelos governos. Senão, vamos ter uma legislação, como muito bem disse o Secretário Lars Grael, sem um instrumento geral. A educação passa por mudanças, mas tem uma espinha dorsal que permanece, que dá sustentação ao desenvolvimento da política educacional.

A grande questão tem sido como elaborar um Estatuto que permita criar a espinha dorsal do sistema nacional do esporte. Tem de ter financiamento. A lei de incentivo vai estimular, mas temos de ter uma política de Estado, como diz o art. 217 da Constituição. Devemos ter, no Orçamento da União, recursos garantidos para os Estados e Municípios. Precisamos ter certeza de que esses recursos realmente chegarão ao esporte dos Estados e Municípios. De fato, o esporte forma o cidadão e garante a inclusão dele na sociedade. O atleta é consequência, mas a formação é permanente. E é sobre isso que desejo, como Relator, trabalhar. Se assim fizermos, estaremos dando uma grande contribuição. O restante pode ser ajustado. Se tivermos uma espinha dorsal, garantiremos uma boa formação às futuras gerações. A União, os Estados e os Municípios vão trabalhar em conjunto, cooperando um com o outro, a fim de ter um sistema montado. Para isso, Sr. Ministro, seria fundamental a cooperação do Ministério, por meio das suas comissões permanentes.

Houve a primeira votação do Estatuto do Desporto no plenário com quase 230 artigos. Já enxugamos, sistematizamos, inclusive incorporamos a ele o Estatuto do Torcedor, a Lei de Moralização, com 181 artigos. A nossa idéia é enxugar ainda mais, mantendo o espírito do que queremos de todo o processo.

Essas comissões permanentes do Ministério e, tenho certeza, a Conferência vão contribuir e muito para dotar o País de uma legislação simplificada, objetiva, mas que garanta um sistema nacional.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Deley) - A fim de acelerar os trabalhos, peço permissão aos convidados para dar oportunidade a mais 2 Deputados. Faremos grupos de 3.



Passo a palavra ao Deputado Ivan Ranzolin e, a seguir, ao Deputado Daniel Almeida.

O SR. DEPUTADO IVAN RANZOLIN - Obrigado, Sr. Presidente. Cumprimento V.Exa., o Relator e todos os membros da Comissão pela feliz iniciativa de realizar hoje este debate.

O Ministro, em sua caminhada, tem trazido muita força e, com a sua presença, dado muita contribuição ao esporte. Só a presença de S.Exa. já é uma força porque representa a segurança de quem realiza alguma coisa. Os projetos bem concebidos realmente estão em andamento no Ministério do Esporte e deveriam cada vez mais receber o aplauso e a injeção de ânimo desta Casa. Aqui decide-se praticamente tudo. O Congresso Nacional dá o encaminhamento, e nós temos que abrir as portas para quem executa as leis. Por isso, quero mais uma vez cumprimentar V.Exa.

O Lars Grael, por sua força de vontade no esporte, realmente é um símbolo, um exemplo, um patrimônio nacional. Não tinha conhecimento de muitos argumentos que V.Sa. apresentou e que realmente nos sensibilizou, porque V.Sa. tem a prática. O lutador tem que servir de exemplo, e acredito que V.Sa. tem de participar de mais eventos para transmitir seus conhecimentos. Dessa forma, poderemos inserir na legislação muitas questões aqui abordadas, especialmente o que se tem de fazer para evitar a frustração de um grande talento no esporte. Muitas pessoas são frustradas, por falta de recursos ou de incentivo.

Recebi, há pouco, um telefonema do Presidente da Federação de Natação de Santa Catarina que percorreu desesperadamente os órgãos governamentais atrás de apoio para tentar trazer os atletas para disputar, em Goiânia, o Campeonato Nacional de Natação, o que não tem conseguido. Essa é realmente uma frustração que elimina. O pai tira o filho da natação, que está treinando há 2 anos no juvenil, no adulto, porque não tem patrocínio para participar de campeonatos. Ele fica desesperado, pedindo socorro. Dou esse exemplo, que é o mais negativo que existe: não poder, por falta de recursos, disputar um campeonato.

Sr. Ministro, sou um desportista de nascimento, nasci com a chama do esporte, fui Presidente do Conselho Municipal da minha cidade e trabalhei como coordenador dos Jogos Abertos de Santa Catarina. Este é um Estado que dá exemplos no esporte, alguns negativos como este que acabei de citar. Já vamos



para a 44ª versão dos Jogos Abertos de Santa Catarina e temos revelado grandes talentos que até hoje estão disputando medalha olímpica. Isso tudo se deve a uma formação muito forte do esporte no Estado, mas somos carentes de um sistema nacional. Cada Governo que chega muda a estrutura porque não há sistema. No entanto, não podem mudar a educação e a saúde porque estão dentro de um sistema.

A resposta à tristeza de o Brasil perder a possibilidade de ir para o segundo turno na disputa dos Jogos Olímpicos foi dada ontem no Rio de Janeiro. Tive o privilégio de estar presente naquela solenidade, representando a Câmara dos Deputados e falando em nome de todos os Parlamentares — aliás, o Ministro foi a única autoridade que nos citou. Devo dizer que acompanhei de perto e senti a emoção de ver a unanimidade do povo carioca àqueles que nos eliminaram da possibilidade de realizar os Jogos Olímpicos.

O nosso temor é que os Jogos Olímpicos transformem-se num grande negócio mundial, que entre nesse espírito da globalização e esqueça do segundo tempo, do jovem, do guri da escola que leva para os Jogos Olímpicos a possibilidade do aplauso mundial e, por conseguinte, de as grandes empresas deste País e do mundo ganharem dinheiro.

Não sei se V.Exa. notou, Sr. Ministro, mas é muito difícil encontrar empresas que dêem suporte financeiro à juventude, aos pequenos. Quando um se destaca pelo seu talento, aí aparecem 10 empresas para patrociná-lo. Patrocinar o quê? O que já está feito. E aí o que a empresa vai fazer? Ganhar muito dinheiro com isso. Ela vai fazer material e vender em cima de um talento, como é o caso da Daiane. Antes de ir para o Panamericano, ela não tinha nada. Ela treinava, em Porto Alegre, na rua, e agora — meu Deus do céu! — todo mundo quer patrociná-la porque ela vai ser medalhista nos Jogos Olímpicos. Isso o Governo tem de corrigir porque a iniciativa privada visa ao lucro, e nós temos que visar ao benefício da sociedade. Nada no mundo movimenta o povo como o esporte.

O Rio de Janeiro deu uma resposta altamente positiva e fez a maior festa que a cidade já viu nas ruas, porque o povo não foi para o Estádio do Maracanã. Isso realmente mexe conosco e faz com que cada vez mais passemos a dar cobertura ao esporte. O crime prolifera com grande força, há violência e mortes no trânsito, mas somente o esporte pode corrigir isso porque disciplina o jovem e a criança. É nesse



sentido, Sr. Ministro, que o senhor está começando a fazer o grande trabalho que o Brasil precisa.

Encerro minha participação dizendo que temos uma grande responsabilidade no Estatuto e precisamos trabalhar unidos para conseguir tirar o sistema, mesmo que isso custe a ser aplicado. A Lei Piva, que teve a participação de V.Exa., está possibilitando ao povo brasileiro ver medalhas olímpicas, porque o povo quer medalhas. Mas onde estão os recursos? Esse é um exemplo de algo irreversível: os recursos para que os atletas possam receber esse benefício. Temos que fazer isso e tirar esse sistema do Estatuto. Acredito que temos de nos debruçar sobre isso porque é a coisa mais importante que podemos fazer nesta Legislatura para o esporte, Deley. E V.Exa., como desportista e lutador, tem também esta responsabilidade.

Por isso, coloco-me à disposição dos senhores.

Ao Lars Grael não tenho nenhuma pergunta porque ele fez uma exposição brilhante e precisa repeti-la muitas vezes.

Sr. Ministro, V.Exa. referiu-se à aplicação de mais de uma Timemania, uma loteria. Como isso, que ainda é embrionário, se aplicaria? Seria uma loteria criada por uma lei e destinada ao esporte?

Quero dizer a V.Exa. que queremos apresentar uma proposta de encaminhamento, já em estudo, mas existe um movimento forte do futebol para entrar nos recursos da Lei Piva. Se eles entrarem, complicará terrivelmente. Portanto, estamos apresentando uma proposta, que submeto aos pares da Comissão antes de apresentá-la ao Plenário, para ampliarmos um pouco os recursos da Caixa Econômica. Dessa forma, aqueles que desejarem buscar recursos que venham debater o 1% ou 1,5% a mais, ou seja, trabalhar em cima de uma coisa nova, e não do que já existe.

Sr. Ministro, gostaria de saber a opinião de V.Exa. sobre a possibilidade de ampliarmos os recursos dentro da Lei Piva. Nós temos um trabalho com a Caixa Econômica, com a participação do Ministério e desta Comissão, para, quem sabe, inserir no Estatuto ou fazer uma alteração na Lei Piva. Tenho uma proposta de lei que quero trazer para ser analisada pelos membros desta Comissão para que possamos sair com uma possibilidade robusta de aprovação, se for o caso.



No mais, Sr. Ministro, cumprimento V.Exa. e digo que temos uma grande esperança de que a cultura do esporte mude neste País a partir deste Governo, deste Ministério e do que está acontecendo na Câmara.

Para concluir, devo dizer que trouxemos os atletas do voleibol, quando eles foram campeões da Liga Mundial, para premiá-los com medalhas e entregaremos a eles o diploma do Campeonato Mundial de Futebol. Isso fez com que, na Câmara dos Deputados, surgisse uma força porque o esporte entrou no Congresso Nacional, além de outras questões que aconteceram na Legislatura anterior, com a participação do Deputado Gilmar e outros Deputados na criação da Lei Piva e desse embrião. Mas acho que cada vez que tivermos medalha de ouro, temos de trazer para dentro desta Casa, para receber uma comenda, uma medalha, um aplauso, para criar este clima e, na hora que chegar ao plenário uma proposta, que tenha a aprovação dos Srs. Parlamentares.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Deley) - Passo a palavra ao querido Deputado Daniel Almeida, da Bahia.

O SR. DEPUTADO DANIEL ALMEIDA - Sr. Presidente, cumprimento V.Exa., o Deputado Gilmar Machado, o Ministro Agnelo Queiroz e o Lars Grael, que vêm mais uma vez dar contribuição para o reconhecimento, a valorização e a visibilidade no ambiente da política que o tema merece.

A cada presença do Ministro e do Lars Grael neste Parlamento e na mídia nacional, vamos fortalecendo a idéia de que o esporte precisa ser tratado seriamente e como política de Governo. O Poder Público tem responsabilidade no tratamento dessa questão. O otimismo do Ministro, quando fala dos programas do Ministério do Esporte e circula pelo Brasil apresentando as experiências que está desenvolvendo na Pasta, e do Lars Grael, quando fala dos passos, dos caminhos que o esporte brasileiro percorreu nesse período recente, aumenta cada vez mais a convicção de que temos necessidade de falar mais sobre o tema, de discutir mais sobre esse aspecto. Por que essa não é uma questão que alcança uma relevância maior? O que está faltando?

Parece-me que um elemento diferenciador desse processo que estamos vivenciando hoje é exatamente a idéia de pegarmos esse tema de uma forma ampla,



global e de o Governo assumir a responsabilidade de formular uma política mais geral para o nosso País.

Os caminhos estão sendo indicados, a conferência nacional gera essa expectativa, mas traz enormes contribuições dos mais diversos segmentos de Municípios, Estados, etc., de gente que nunca tratou desse tema, que nunca teve oportunidade de ser convidado para falar sobre esse assunto. Lembro-me do Estado da Bahia, onde temos lutado muito para ter uma secretaria especial para tratar do assunto. Há apenas um departamento na Secretaria de Trabalho e Ação Social, onde botam o esporte de lado.

Fui Vereador, em Salvador, durante 14 anos e sempre que muda o Prefeito é feita uma reforma administrativa. Toda vez que fazia uma reforma administrativa, eu incluía a idéia de criar uma secretaria do esporte. Era desconsiderado, e até hoje não existe. Funciona um departamento na Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social da Capital baiana. Isso é reproduzido em vários Municípios da Bahia e pelo Brasil afora.

Não conheço nenhum gestor público que tenha feito programas que valorize o esporte e tenha se arrependido. Não se arrepende. Todas as vezes que esses programas chegam, e o Ministro falava de uma série de programas na Bahia, a maioria deles foram feitos por entidades da sociedade civil, muito pouco por Prefeituras. Mas quando esses programas chegam numa Prefeitura dessas, é um entusiasmo, só há o que se comemorar. E por que não se faz isso?

Então, parece-me que a conferência é um grande momento, o Estatuto é talvez o elemento definidor de uma política estruturante, com as responsabilidades de cada segmento do Governo, da sociedade civil e dos diversos espaços que o próprio esporte tem para tratar desse assunto. Fiquei muito otimista. Já conheço os programas que o Ministério desenvolve, que são simples, baratos — e as boas soluções geralmente são de idéias simples, de coisas baratas, sem ser preciso inventar grandes coisas. Fiquei animado com a idéia de a ONU institucionalizar 2005 como o ano do esporte, da educação física. Parece-me que falta comunicação, falta levar para a elite dirigente brasileira o debate do que significa o esporte como política pública. Como fazemos isso? Não deixando ficar apenas como uma formulação genérica. Teríamos de cumprir o desafio de fazer com que esse fosse um debate feito nas Câmaras de Vereadores, nos partidos políticos, nas



Assembléias Legislativas. Temos de ampliar isso. Parece que falta essa percepção, falta essa compreensão. Talvez seja esse o grande desafio.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Deley) - Estamos tendo aqui a votação nominal. Para completar, passo a palavra à nossa querida Deputada Mariângela Duarte.

A SRA. DEPUTADA MARIÂNGELA DUARTE - Eu vim para cá, esperei a abertura, tive audiência no Palácio, mas estou teimando em ficar aqui.

Cumprimento o Presidente, Deputado Deley, jogador de futebol, um grande estimulador do que tentamos fazer, e também o Relator, Deputado Gilmar Machado.

Vou começar a minha fala abordando uma questão da qual o Deputado Gilmar Machado pode ser um dos maiores colaboradores, porque tem grande experiência, antes da minha chegada aqui. Refiro-me à questão da educação. Então, cumprimento todos os companheiros, mas sobretudo as pessoas maravilhosas que são o Lars Grael, exemplo de tenacidade, de força no esporte — acho que ele é um dos símbolos mais eficazes nessa questão —, e o Ministro Agnelo Queiroz, que acho que está virando unanimidade, não só pela sua capacidade de aglutinação, de estar presente, de ser indutor estatal. Acho que temos o dever de auxiliar.

Há mais ou menos 18 anos, afirmo aos nossos Governos — sou do Partido dos Trabalhadores e represento o Estado de São Paulo e a Baixada Santista, sobretudo o Vale do Ribeira — que não concebia um projeto de educação que não tivesse na sua espinha dorsal a cultura e o desporto, não como aspectual, mas como tronco comum. Por quê? Peço até que as pessoas registrem isso: como uma pessoa que dedicou sua vida à educação, à ciência e à tecnologia, eu sei, pelo chão da escola, que a educação não consegue mais motivar e disciplinar. Isso é impressionante. Se me perguntarem qual a falha substancial na educação — na família e na escola —, eu respondo que é não conseguirmos mais motivar nem disciplinar. O esporte, porém, consegue. A força do esporte é impressionante para motivar e disciplinar.

Conheço os trabalhos que hoje o Ministro está realizando no Ministério da Educação. São avassaladores. Vale lembrar que em 1 ano e 5 meses de governo não é mais possível este homem fazer mais do que fez. Mas vamos ter de perseguir



que o Estatuto preveja educação em período integral, como reza a LDB. Temos de perseguir isso.

Temos de entender o desporto e a cultura como tronco comum e não como coisa aspectual e definir isso em legislação federal, de forma a que Estados e Municípios sejam obrigados a segui-la. Nada motiva e disciplina mais que o esporte e a cultura.

Estamos com as piores estatísticas de morte de jovens. Estamos quase que liderando os índices mundiais. A violência mata os jovens. Jovens matam e jovens são mortos em acidentes de trânsito e outras causas. Quem mais morre no Brasil é a juventude. Assistimos à vitimização da juventude.

Venho de uma cidade onde foi feita uma enquete que detectou que a preferência número 1 dos jovens do litoral paulista é o esporte. Eles param com tudo, e até se disciplinam; eles deixam as drogas pelo esporte!

O Bolsa-Atleta, portanto, é algo que muito me interessa. Eu levantei, volto a dizer, uma questão estruturante para quem vai redigir o Estatuto do Desporto, qual seja, educação, com o desporto sendo o tronco comum.

Também devemos trabalhar isso na área da cultura — e eu não estou lá na Comissão. Mas queremos um tronco comum. Não podemos avançar para o preconizado período integral de educação — e já estamos atrasados — sem termos o desporto como tronco comum.

Em segundo lugar, acho que tenho também a mesma preocupação com relação ao Bolsa-Atleta. Se começarmos a fazer um movimento para o Senado votar logo, já se resolve parte do problema.

Estão falando em criar uma nova loteria. Engraçado, eu não estou entendendo direito por que o Brasil proíbe o jogo, sendo que o único jogador é o Estado. Eu queria saber onde ficará o dinheiro. Deve mesmo ficar com aqueles que estão arrotando dinheiro? Por que não temos a ousadia de fazer com que a Loteria Esportiva, e outras loterias no Brasil, se voltem exatamente para a sua essência, que é formação, educação e inclusão social? Sem educação, sem cultura e sem desporto não há formação do cidadão, e, sem formação, não há inclusão social no Brasil. Se a educação não está bem — e nós já temos um verba vinculante; pequena, mas temos —, imaginem o desporto, que não tem nada! Não entendo por que em vez de criarmos uma nova loteria não tenhamos a ousadia de decretar que



não poderá haver loteria no Brasil cujos resultados não sejam distribuídos às áreas essenciais de formação do cidadão. Assim como está, alguém está ficando com todo esse dinheiro. Ora, se é loteria esportiva, por que esses recursos não vão para o esporte? Meu Deus! O que está acontecendo conosco?

Com relação às federações, tomara que alguém ponha o dedo nisso, porque é muito grave. Por exemplo, o Santos se voltou contra a Federação de Triathlon, que é um esporte completíssimo. E a cidade de Santos é o nosso ponto de referência em triathlon. Foi preciso que o nosso querido cidadão santista Lars Grael, um rapaz excepcional, brigasse contra aquela federação. Porque a federação só prejudicou. O Lars Grael entrou em guerra contra a federação para conseguir realizar o que hoje faz de Santos a capital internacional do triathlon. Eu briguei com o Estado por 8 anos em que fui Deputada, porque o triathlon não entrava no calendário esportivo do Estado. Foi preciso criar uma lei.

Então são pequenas coisas que nós, sozinhos, não conseguimos corrigir. É algo inconcebível isso.

Eu tenho mais assuntos a tratar, mas acho que já foi uma deferência do nosso Presidente, muito carinhoso, ter-me concedido a palavra. E ressalto o que o nosso Presidente muito bem abordou. Temos uma LDB, uma espécie de bíblia da educação. Acho que o Estatuto do Desporto tem de se transformar também numa espécie de bíblia do esporte. Estou reforçando essa posição.

Temos aqui, por exemplo, o Cláudio, do pára-pente. Não fosse a simpatia do Ministro, que sentiu o sufoco deles, não sei com eles estariam. O pára-pente é um senhor esporte! Vocês precisam ver como eles já estão profissionalizados, mesmo sem o apoio de nada, de ninguém. O Ministro percebeu e ajudou um pouco. Mas entre eles está tudo assim: ainda não sabem o que lhes acontecerá na próxima temporada. Isso serve de um exemplo do grande esforço, do apelo enorme para todo mundo, até para os marmanjos e para os da terceira idade — porque nós temos todo tipo de dificuldade.

Por último, faço um apelo ao Lars Grael. É um pedido público e também pessoal. Não tem ninguém de São Paulo aqui neste plenário; se tem, eu não estou vendo. E eu tenho uma enorme responsabilidade. Você me colocou essa incumbência, e eu não sei nem por onde começar. Precisamos realizar nossa Conferência Estadual sobre o Estatuto do Desporto em São Paulo, e ninguém



melhor do que você, Grael, para me ajudar, em nome do Estado de São Paulo. Vamos ter reuniões, mas sem você eu nem corro o risco de começar a fazer isso no nosso Estado.

Agradeço ao Presidente Deley e peço desculpas pela minha saída, mas é que tenho de votar no plenário.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Deley) - Deputada, só temos de parabenizar V.Exa. pela inteligência da parceria que acaba de fazer.

Tem a palavra o nosso querido Ministro Agnelo Queiroz.

O SR. MINISTRO AGNELO QUEIROZ - É pontual. Usarei apenas dois segundos. Agradeço a todos as contribuições

O Deputado Gilmar Machado se referiu a essa interação com as Comissões Permanentes, que, apesar do tempo curto, começam a mostrar um trabalho mais estruturado. É evidente que devemos fazer isso em sintonia fina com todo o Congresso, em especial com a nossa Comissão, ou seja, a discussão do Estatuto do Desporto. Tem a questão do futebol, tem a questão *antidoping*, é toda uma ampla discussão que podemos fazer no bojo do próprio Estatuto. E, porque a discussão está muito mais no âmbito do Congresso, podemos nos estruturar melhor para fazer isso em conjunto.

Concordo com V.Exa., Deputado Gilmar Machado: o objetivo estratégico é reconstruir o sistema esportivo brasileiro. Esse é o objetivo estratégico. A conferência apontará para isso também, porque, como a carência é muito grande entre os nossos jovens e como ainda não temos estrutura de sistema, às vezes tenta-se jogar em várias posições de uma vez, e aí acontece uma certa dispersão das ações.

É evidente: devemos ter um sistema esportivo no Brasil. Por isso citei na minha intervenção que a base do sistema esportivo do Brasil deve ser a escola. Essa é uma mudança cultural, estratégica, definitiva e de estrutura; e esse é o objetivo estratégico, porque, ao fazermos essa mudança, responderemos a uma série de questões que foram levantadas, como a da ampliação do acesso. Ou seja, deve-se dar acesso a todos que já estejam na escola. A escola pública acolheria também a criança carente. Enfim, devemos ter um sistema cujo ponto de partida seja a escola, indo-se até o esporte de alto rendimento.



Então, devemos fazer essa política na escola, que é onde estão os talentos, para melhor encaminhá-los, ao mesmo tempo em que deveremos manter e financiar todos esses programas voltados para os carentes. Enfim, tenho certeza de que estamos caminhando para isso. É justamente com essa inter-relação das várias áreas do esporte que haveremos que construir um sistema desportivo no Brasil. Desde o início, desde a iniciação, a ênfase deve ser formar bem o cidadão para melhorar a escola, como a nossa querida Deputada colocou, e também revelar talentos — e não desperdiçar tantos talentos como hoje desperdiçamos no Brasil; sobretudo quando se é carente, porque aí não tem nem como estudar ou treinar.

Devemos acabar com isso! O atleta tem de estudar e treinar. Devemos incentivar isso desde a iniciação, até a universidade. Vamos incrementar várias medidas com relação às universidades. Não é o caso hoje, mas também estamos tratando disso; será também um grande estímulo de atração de atletas, como estudantes, para o âmbito universitário.

Concordo com essa posição, querido Deputado Ivan Ranzolin. Na essência, temos enfatizado a falta de um sistema como esse. E a própria definição dessa política nos ajudará nesse sentido. Perdemos muitos talentos porque não há capacidade para treiná-los. Quando se é carente no Brasil é muito mais difícil treinar.

Essa é a resposta que gostaríamos de dar em espaço tão curto, sobretudo no que se refere a essas questões de redefinição de financiamentos.

V.Exa. perguntou sobre Timemania — e aqui eu também responderia à Deputada Mariângela Duarte. A Timemania é uma loteria que tem por objetivo buscar recursos em duas frentes. A primeira é o clube, que cede seu símbolo. Porque, ao usarmos a paixão pelo futebol, a gente estimula que as pessoas façam uma disputa saudável. Haverá até time do coração, que ganhará mais por isso. Há, enfim, toda uma estratégia. E esse recurso que irá para o clube não é generosidade alguma, mas a retribuição pelo uso de seu símbolo. E esse dinheiro será utilizado de forma estratégica, ou seja, para pagar as suas dívidas, porque não interessa ao Brasil a bancarrota dos clubes. O Fluminense já empenhou até o estádio, porque não tem mais nada a oferecer como garantia. E são clubes seculares.

Alguns querem que o Estado dê dinheiro, mas isso não vai ser possível. A atual situação dos clubes decorre em grande parte de mau gerenciamento e corrupção. Temos de induzir o clube a sair da crise. Como? Com a Timemania o



clube obtém receita nova, outras fontes de receita, e paga as suas dívidas ao longo dos anos com o seu esforço.

Existe também outro objetivo estratégico. Parte dos recursos da Timemania irá para o Ministério do Esporte. Na definição dessa política de esporte, da prioridade da política de esporte, já se pode calcular resultados. Eu não pretendia adiantar isso antes da aprovação da Timemania, mas nosso objetivo estratégico é de que esses recursos ajudem o desenvolvimento dessa política na escola. O dinheiro que irá para os clubes é exatamente igual ao que irá para o Ministério do Esporte. Então, existe um objetivo estratégico, que é investimento na política educacional. Depois posso explicar com detalhes. Essa grande iniciativa será democrática: participarão 80 clubes, 2 de cada Estado, no mínimo. Tem Estado que nem está na Série B, mas que estará na Timemania Nacional. Isso vai estimular o campeonato local porque serão os 2 primeiros no Estado. Há vários efeitos extremamente positivos. Esse é um patrimônio cultural do nosso povo. Por isso merece uma ação, mas não paternalista. Anistia de todas as dívidas, esquecimento de tudo o que se fez?! De jeito nenhum. O clube tem de pagar o que deve — mas precisa de um estímulo para que possa fazer isso ao longo do tempo — e resgatar sua saúde financeira. Isso está associado às medidas que tomamos agora, de melhor prestação de contas, de publicação de balanços transparentes. Sabem V.Exas. que os clubes publicaram seus balanços em jornais agora em abril. É a primeira vez que isso ocorre na história. Já é um começo. Agora estamos elaborando a padronização da prestação de contas. No próximo ano, os clubes vão prestar contas num balanço padronizado para que possamos comparar o desempenho: o que é receita, o que não é; o que é despesa, o que é venda. Então, associa-se uma perspectiva de saneamento, mas com transparência, e de pagamento das dívidas do passado. Isso é importante

Com relação àquele projeto sobre o qual tínhamos conversado. O Ministério está estudando a hipótese. A iniciativa é bem-vinda. Uma sugestão dos clubes é no sentido de dividir os recursos da Lei Agnelo/Piva. Claro que isso não tem cabimento. Esses recursos são muito bem aplicados no esporte de alto rendimento, estimulam o desenvolvimento da base do sistema, mas ainda são insuficientes. Aumentar 1% e destinar esse pequeno percentual só para a parte de formação, que vai chegar aos clubes, seria uma grande saída, até porque atingiria os clubes sociais no Brasil, que



são formadores de atletas e quase sempre estão em condição precárias. Isso seria feito mediante projetos. Se o projeto apresentado estiver sintonizado com a Política Nacional de Esporte, de pronto sairia o financiamento para seu desenvolvimento, e ter-se-ia de prestar contas por isso. É algo interessante.

O Deputado Daniel Almeida tocou no importante aspecto da organização do esporte. Isso é fundamental. Se o esporte é uma política essencial de Estado, como é que o esporte não tenha nenhum grau de organização, nenhum interlocutor para conduzir essas questões no âmbito do Município, do Estado ou mesmo da União, de pé de igualdade com os outros Secretários ou Ministros? Estamos defendendo isso. Agora há pouco Mato Grosso do Sul criou sua Secretaria Estadual de Desporto. Isso vai acontecer em todo o Brasil, porque o fato de termos um Ministério específico para o esporte já é uma sinalização sobre a importância dessa área. Este é sentimento em todo o Brasil. Também na Paraíba, foi criada uma Secretaria Estadual de Esporte. Já somam 16 Estados com suas Secretarias de Esporte. E a tendência é essa. Estarmos trabalhando em conjunto com os Secretários, com fundações e outras Secretarias. Evidentemente, aí procuramos nos apoiar em estruturas. E estamos orientando na direção de estruturas enxutas, porque o esporte tem muito a ver com interação na sociedade. Não é preciso fazer estruturas gigantes como nas demais áreas. Repito: não é preciso. Basta ver a estrutura do próprio Ministério do Esporte, o tamanho que é. É uma estrutura pequena. Mas o Ministério dá conta. Está claro que a nossa instituição está com dificuldades, mas dá conta do recado. Então, vamos crescer mais e mais com essa pequena estrutura.

O Deputado Daniel Almeida abordou um assunto que é importante, e vou adiantar neste momento, até porque este é o foro privilegiado e estimulante nesse sentido. Trata-se da comemoração da ultrapassagem de 1 milhão de crianças inseridas no Programa Segundo Tempo. E vamos anunciar que 2004 será o ano zero da inclusão social por meio do esporte. Estamos comprometidos com esta prática: fazer primeiro e depois anunciar. Então, este será o ano do esporte por meio do esporte. Seria o marco inicial da inclusão por meio do esporte. E, no próximo ano, enfatizaríamos a escola por meio do esporte.

Então, tudo isso tem que estar sintonizado com o Parlamento, com a elaboração do Orçamento e com o desenvolvimento dessa política. Está tudo, mais ou menos, no rumo do que a Deputada Mariângela Duarte abordou nesta Comissão,



e é o nosso objetivo estratégico. É isso que vamos modificar. E, para contribuirmos na formação de recursos humanos e melhorar a qualidade da formação, melhorar a escola, tornar a escola mais atrativa, é evidente que essa ferramenta tem que servir para todo mundo.

Pode-se observar o que está acontecendo com as escolas privadas. Vamos dar um exemplo de pé no chão. As escolas privadas têm investido pesadamente na área esportiva. Às vezes, é o fator diferenciador para a atração do aluno. Há uma certa disputa entre elas. E, como essa disputa é para atrair alunos, cada vez há investimentos maiores nessas áreas privadas em equipamentos e instalações. Para se ter uma idéia, há uma escola em Brasília que treina atleta olímpico. Refiro-me a César Castro, atleta de salto, que está treinando na Escola Mackenzie. Então é uma escola que treina um atleta olímpico. E isso vai se multiplicar progressivamente no Brasil; só que temos que fazer isso também na escola pública. Se a escola privada investe pesado e o esporte termina sendo um fator atrativo, diferenciador, de qualidade, melhorando o ensino, por que a escola pública também não poderia fazer isso? A escola pública deve e tem de fazer a mesma coisa. Há cerca de 180 mil escolas públicas no Brasil, e 51% delas não dispõem de nenhum equipamento esportivo, não têm sequer uma pequena quadra.

Então, Deputado Gilmar Machado, se a prioridade é a escola, esse recurso da loteria que vier para o Ministério do Esporte pode ser carimbado para a escola. Se a prioridade é a escola, podemos discutir com a Comissão, e, quando da elaboração do Orçamento, em vez de fazermos uma quantidade de quadras dispersas pelo País, poderíamos fazer uma combinação por bancada, por Estado. Já fizemos algumas reuniões de bancada e fizemos até acertos, como foi o caso da bancada do Nordeste, de fazer emenda de bancada para construção de quadra poliesportiva em escolas. Essa é uma prioridade do Ministério do Esporte: se todo ano colocamos 3 mil quadras nas escolas que nada têm, logicamente que isso se torna um patrimônio, um legado, depois de um período. Porque elas servem para a Educação Física. E, se houver condições, só abriremos essas quadras para a comunidade nos finais de semana. A comunidade também tem de tomar conta, a escola tem de fazer com que se preserve aquele patrimônio. E, ao introduzirmos o Programa do Segundo Tempo, a escola que não tinha material logo passa a ter. Essa é a opção estratégica, e é por onde vamos ter que direcionar os nossos esforços.



O esforço que estamos fazendo hoje, nessa inclusão de 1 milhão de crianças, é uma questão de urgência. Afinal, muitas dessas crianças estão nas ruas, morando em habitações precárias, muitas vezes de 4 x 4 metros, e que ficam praticamente o tempo todo nas ruas. Então, temos que oferecer um ambiente saudável para que essas crianças permaneça os 2 turnos na escola. É evidente que o caminho estratégico é para que ela fique na escola no outro turno também, porque aí se trata de ensino integral; e que temos que lutar por esse tipo de ensino. E com o esporte dando sua colaboração. E, na hora em que tivermos 3 milhões de crianças na escola, nesse ensino integral, a sociedade pode perguntar: "Bom, mas por que não estão lá todos os alunos no ensino integral?" Portanto, aí está a contribuição estratégica do esporte para modificar o ensino no Brasil e, com certeza, resolver muitos problemas na escola.

Esse é o tempo integral. Falou-se em loteria. Vou me permitir responder sobre outros pontos depois. Darei resposta diretamente aos Parlamentares, porque a sessão da Casa já na fase da Ordem do Dia.

Agradeço aos senhores o convite. O encontro foi muito produtivo. Estamos trabalhando.

A elaboração do Estatuto, sintonizado com uma política estratégica e definitiva, é uma grande oportunidade. Não sei se conseguiremos reunir novamente condições e momentos tão favoráveis para a diminuição das desigualdades no País e melhorar o nível escolar. Como consequência, poderemos formar melhor a nossa juventude, que assim melhor contribuirá para o desenvolvimento econômico do País. Essa ferramenta ainda não foi utilizada como política de Estado em benefício de milhões de brasileiros. Em razão da união a que se referiu o Lars Graef, acho que este é o momento oportuno para fazermos as mudanças. Nunca vivemos momento de tanta convergência! Portanto, poderemos avançar com a política de esporte como nunca foi feito antes no País.

Muito obrigado! (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Deley) - Concedo a palavra ao Sr. Lars Graef. Depois vamos encerrar os trabalhos.

O SR. LARS GRAEF - Sr. Presidente, agradeço ao Deputado Ivan Ranzolin, Deputado Daniel Almeida e à Deputada santista Mariângela Duarte. Reafirmo o meu apoio permanente a esta Comissão Especial, que reputo da maior importância para



o desporto nacional, hoje tão bem conduzida por V.Exa., Deputado Deley, e pelo Deputado Gilmar Machado, Relator, que fazem excelente trabalho nesta Comissão Especial. Agradeço também ao Ministro Agnelo Queiroz. Além dos resultados que apresenta à sociedade, V.Exa. mostra também o que o Ministério do Esporte é capaz de fazer; sobretudo a união que o senhor proporciona ao setor é algo fundamental. Há união de atletas, profissionais de educação física, dirigentes, secretários municipais, estaduais e de Parlamentares em favor do esporte e da sua boa gestão.

O encontro de hoje é importantíssimo! Muitos colegas irão participar das próximas audiências. E desde já me coloco à disposição do Ministério do Esporte para defender o esporte e tudo de bom que ele pode oferecer à sociedade.

Parabéns, Ministro Agnelo Queiroz! Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Deley) - Agradeço ao Sr. Lars Grael.

Antes de encerrar a presente reunião, convoco os Srs. Deputados para participarem da reunião de terça-feira, às 16h30, 22 de junho, no Plenário 9, com a seguinte pauta: deliberação de requerimento.

Está encerrada a reunião.